

Parlamentares decidirão sobre corte de isenções e privilégios

por Eimar Magalhães
de Belo Horizonte

Caberá aos próprios parlamentares discutir, no âmbito interno do Congresso Nacional, a questão relativa ao Imposto de Renda sobre seus vencimentos. Essa posição foi acertada de maneira informal entre o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e as lideranças dos partidos quando da discussão das propostas para o "pacote" tributário — a contribuição de parlamentares, juristas e militares acabou excluída do documento apresentado pelo governo e aprovado na última quinta-feira.

Funaro disse que os próprios deputados e senadores irão verificar, de acordo com a nova sistemática de impostos, o que se constitui em isenções e privilégios que deverão ser cortados. E garantiu, em entrevista, que as modificações já serão válidas para 1986. Na opinião do ministro da Fazenda, o assunto é complexo e deve ser analisado em profundidade. Ele chegou a citar que os juristas também deverão dar sua parcela de contribuição, mas não se arriscou a falar sobre os militares: "Eles têm isenções que, na verdade, compensam, por exemplo, a ausência do 13º salário."

Durante conversa com os jornalistas, o ministro reiterou que o "pacote" tribu-



Dilson Funaro

tário dá condições ao governo de promover a justiça social. Referiu-se à mudança na curva de contribuição, citou que o governo, daqui para a frente, deixará de tomar recursos emprestados aos assalariados (a Receita Federal vinha recolhendo 17 trilhões em Imposto de Renda na fonte para devolver até Cr\$ 13 trilhões a cada ano).

"Vamos apenas cobrar o imposto na fonte. Acredito que estamos no caminho certo. Também a mudança de patamar dos juros internos, um fato real, permitirá ao governo economizar Cr\$ 35 trilhões no próximo ano. O objetivo do 'pacote', insisto, é diminuir o déficit público, hoje na faixa de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), para um nível

próximo a 0,5% do PIB, em 1986."

Funaro se dispôs a rebater as críticas feitas pelo senador e ex-ministro Roberto Campos, para quem o "pacote" tributário é medíocre e tem um lado de "Robin Hood" e outro de "Al Capone". Segundo ele, Campos não pode fazer ponderações já que, ao assumir o Ministério da Fazenda, ele "aumentou muito mais os impostos".

INFLAÇÃO

Outro ponto destacado

pelo ministro da Fazenda diz respeito à inflação. Em sua opinião, não há razões para mudança de rumo na política traçada pelo governo — a última taxa mensal foi provocada pelos estragos da seca na agropecuária. Funaro descartou qualquer ação semelhante às do governo argentino, pois, assinalou, a utilização de um "tratamento de choque" não traria benefícios à sociedade brasileira. Além disso, existiria o risco de um regresso à recessão econômica.